

## ATAS

Folha 6

### Acta Número 82

Aos vinte e cinco dias do mês de Março de Dois mil e vinte e três, pelas quinze horas e em segunda convocatória, por na primeira não se verificarem as condições exigidas pelo “Compromisso” Artº24.1, reuniram em Assembleia Geral Ordinária os Irmãos desta Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão, sita na Rua Manuel José Ramos Vizoso, número dois, nesta vila de Alfeizerão, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas referente ao ano de 2022 e Parecer do Conselho Fiscal.
2. Outros Assuntos.
3. Aprovação da minuta da acta desta sessão ou em alternativa conceder um voto de confiança à Mesa da Assembleia Geral para a sua elaboração.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral João Dantas Vizoso começou por, na ausência de dois membros efectivos deste Órgão Social necessários e conforme a letra do “Compromisso” que assim o exige, solicitar às Irmãs Palmira Fonseca e Lúcia Rodrigues que aceitassem fazer parte da mesa formando quórum, afim de funcionar com legalidade, o que aconteceu sem oposição da Assembleia ficando reposta a mesma. Tendo o Provedor aproveitado para esclarecer que a sua participação nesta sessão do Órgão Social, era pontual e terminava com a mesma.

Após este enquadramento, deu o Presidente da Mesa da Assembleia Geral por aberta a reunião, com carácter ordinário como compromissoriamente se impõe, dada a finalidade concreta dos assuntos a discutir conforme a ordem de trabalhos acima referidos. Tendo-se congratulado com a generosa presença de Irmãos, facto que lhe agradava sobremaneira por não habitual. Dando de imediato a palavra ao Provedor Fernando Segismundo, afim de que este entrasse na explanação do ponto um da referida ordem de trabalhos: - Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas referente ao ano de 2022 e Parecer do Conselho Fiscal.

Assim e de seguida o Provedor apresentou o relatório de actividades referente ao ano de 2022, informando a Assembleia das dificuldades do ano em causa, devido à inflação, ao aumento dos custos com o pessoal cujo valor é o mais penalizante, e o facto de não termos conseguido inaugurar a nova ala, em que o desvio apresentado face ao estimado, se deveu sobretudo ao aumento significativo dos custos que não foram acompanhados pelo aumento nas receitas. De forma sumária retivemos das explicações apresentadas, a tomada de conhecimento dos valores mais significativos da actividade e seus resultados, pese embora o esforço no contornar das dificuldades de toda a ordem que na presente conjuntura quer nacional quer internacional se atravessa, apresenta os valores na receita de um milhão trezentos e vinte e quatro mil seiscentos e sessenta e um euros e noventa e cinco centavos (1.324.661,95€), e na despesa de um milhão quatrocentos e vinte e quatro mil cento e trinta e três euros e trinta e seis centavos (1.424.133,36€), de que resulta o valor liquido negativo, de noventa e nove mil quatrocentos e setenta e um euros e quarenta e um centavos (99.471,41€) neste ano económico de 2022 aqui em apreço, como resultado do exercício.

## Acta Número 82

Reteve-se também a noção de que os aumentos mais significativos se deveram aos gastos com pessoal, uma vez os aumentos do salário mínimo, e também pela entrada de funcionários motivada pelo aumento da oferta dos serviços que são prestados aos utentes e não só. Também transparece a grande dedicação e entrega dos administradores, quer junto da banca negociando com grande empenho os melhores acordos, a redução de juros, as mais favoráveis formas de pagamento, a engenharia financeira necessária e tida para que este resultado não acontecesse significativamente maior, etc., etc.

Após esta apresentação, seguiu-se a análise sectorial por valências, constatando-se que a única a apresentar resultados positivos é a “SAD” – Serviço de apoio domiciliário.

No tocante à valência “CAES” – Centro de acolhimento e emergência social, informou também o provedor estar esta valência a ser objecto de negociação entre a Segurança Social e o Centro Cénico da Cela, aguardando esta Instituição o desfecho dessa negociação para dar descontinuidade à mesma.

Após esta intervenção do Provedor, e como nenhum Irmão questionou algo, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Presidente do Conselho Fiscal, Alcina Almeida que apresentou e justificou as razões do parecer positivo do órgão a que preside, iniciando por dizer que sentia uma certa dificuldade em fazer essa justificação face aos valores apresentados, mas que em razão dos constrangimentos do momento actual que vivemos, a situação da Instituição difícil mas controlada, o acreditar que logo que a Irmandade da Santa Casa tiver a “ERPI” com a sua capacidade máxima instalada, passaremos a estar mais aptos para honrar plenamente todas as nossas obrigações económicas e financeiras. Tendo, no entanto, alertado para o facto de existirem variáveis que não controlamos, como os índices inflacionários, o aumento das taxas de juro, premissas que, todavia, são gerais e na globalidade haverão de ser contornadas. Esclareceu algumas perguntas que lhe foram feitas por alguns Irmãos, especialmente relacionadas com os valores em débito ao momento no Montepio Geral e Caixa Agrícola, resultantes dos empréstimos a que a Instituição teve necessidade de recorrer.

Após esta intervenção de esclarecimento por parte do Conselho Fiscal e não tendo havido mais interpelações pelos Irmãos presentes na reunião, o Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto um da ordem de trabalhos: - Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas referente ao ano de 2022 e Parecer do Conselho Fiscal. Este ponto foi aprovado por unanimidade pelos Irmãos presentes.

Na continuidade desta sessão, passou-se à discussão do ponto dois da ordem de trabalhos: - Outros assuntos. Tendo começado o Presidente desta Assembleia por manifestar o seu agradecimento pelo esforço e dedicação dos restantes Órgãos Sociais, Mesa Administrativa, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal. Em consonância com o Irmão Mota Pedro uma sentida palavra de louvor à Cátia Camacho pela abnegada dedicação e enorme esforço que tem feito para acompanhar toda a dinâmica do serviço que supervisiona, extensiva à TOC Susana Cardoso, que há vários anos presta com muita dedicação e competência os seus serviços à Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão, estando presente nos momentos de maior exigência colaborativa. O nosso carinhoso reconhecimento. Bem hajam!

## ATAS

### Acta Número 82

Após este introito, pediu a palavra a Irmã Noémia Paulino para fazer um reparo relacionado com a cobrança das cotas e o envio das cartas e o teor do mesmo, que tínhamos de criar empatia com os Irmãos e que não concordava com o teor da carta enviada para os Irmãos a solicitar o pagamento das cotas em atraso, opinião que não mereceu a concordância da maioria dos Irmãos presentes, mormente a Irmã Noémia Leal considerou que é uma obrigação dos Irmãos pagarem e terem as suas cotas em dia. O Irmão Abílio Hilário afirmou também que todos os Irmãos devem cumprir com as suas obrigações e deu uma ideia que foi considerada por todos os presentes como válida, que seria no princípio do ano ser enviado um SMS para todos os Irmãos a recordar essa obrigação. Aliás esta mesma sugestão já tinha sido apresentada pela Irmã Susana Cardoso pelo que se justificou a intervenção do Provedor, que pedindo para responder a estas questões e lendo o Art.º 10º alínea d) do “Compromisso” que “obriga à notificação por carta registada após doze meses de cotas em atraso aos Irmãos”, e não pagando ou não dando uma justificação no prazo de trinta dias perdem a qualidade de Irmão. Logo este procedimento é no respeito pela letra do “Compromisso”. Adiantando que estas sugestões parecem muito boas mas de difícil concretização na prática uma vez que envolvem muitas horas – homem, não dispondo esta Instituição dos números dos telemóveis da maioria dos Irmãos, pelo que a sua eficácia seria muito reduzida.

Após estas discussões e esclarecimentos havidos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por concluído o ponto dois, tendo-se passado ao ponto três: - Aprovação da minuta da acta desta sessão ou em alternativa conceder um voto de confiança à Mesa da Assembleia Geral para a sua elaboração.

Colocado à votação este ponto acima referido, foi o mesmo aprovado por unanimidade pelos Irmãos presentes.

Por nada mais haver a tratar, o Presidente da Assembleia Geral deu por encerrada a sessão quando eram dezasseis horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta para os devidos efeitos e fins convenientes, a qual vai ser assinada pelo Presidente João Manuel Dantas Vizoso e por mim, Maria da Natividade Marques Pedro, que a secretariei.

\_\_\_\_\_  
Maria da Natividade Marques Pedro

## ATAS

### ATA N.º 525

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezasseis horas, sob a presidência do Senhor Provedor Fernando Mota Segismundo, reuniu presencialmente, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão (SCMA), com a seguinte Ordem de trabalhos:

**Ponto único** – Apresentação, Discussão e Votação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de dois mil e vinte e dois.

Estiveram presentes os seguintes mesários:

Provedor	Fernando Mota Segismundo
1ª Secretária	Helena Alexandra S. Xavier Nicolau
Tesoureiro	Joaquim Ramos Marto
1ª Vogal	Florinda Maria Ferreira Henriques
1ª Suplente	Maria da Conceição Marques Costa

O Senhor Provedor abriu a sessão agradecendo a participação dos presentes e deu início aos trabalhos, com a apresentação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de dois mil e vinte e dois. Explanam-se abaixo excertos do Relatório:

“O resultado líquido apresenta um valor negativo de 99.471,41 € o que, comparativamente com o ano anterior, significa uma perda de 6.294,67 €.

Salienta-se que este resultado incorpora os gastos com os utentes que entregaram bens à Misericórdia em contrapartida de serviços a prestar no futuro no valor de 8 171,96 € e o saldo do fundo solidário no valor de 27.019,45 €.

As receitas em dois mil e vinte e dois tiveram um aumento de 7,65 %, tendo a prestação de serviços contribuído com um aumento de 6,73 % e os subsídios com 6,34 %.

No que respeita aos gastos, verifica-se um aumento global de 7,59%, tendo-se verificado um aumento em quase todas as rubricas, sendo a mais expressiva a das despesas com pessoal, que teve um acréscimo de 16,41 %. Este aumento deve-se, não só ao aumento de salários, como também ao aumento do número médio de funcionários em 3,1 %.

Neste capítulo foi considerada uma provisão de 1.751,00 € para dívidas de quotas dos irmãos até dois mil e vinte.

Nos “fornecimentos e serviços externos”, apesar do aumento do custo dos combustíveis e da energia, foi possível conter o aumento em 1,01 %, graças aos contratos existentes com a EDP, a Cepsa e a Repsol.

Os gastos de depreciação e amortização sofreram uma redução de 7,63%, pois os investimentos realizados com a ampliação do lar só começarão a ser amortizados em dois mil e vinte e três.

Quanto aos juros pagos, verifica-se um aumento de 4,52 %, como resultado do aumento

das taxas de juro do nosso empréstimo no Montepio.

A taxa de juro do empréstimo na Caixa de Crédito Agrícola não sofreu alteração em dois mil e vinte e dois, na medida em que o indexante é atualizado anualmente a dezanove de janeiro.

Os gastos com pessoal aumentaram 16,41% e o seu peso relativo na estrutura de custos aumentou de 57,7% para 62,38%. Este aumento de custos com pessoal deve-se aos aumentos salariais decorrentes do aumento do salário mínimo e ao aumento do número médio de trabalhadores.

No que se reporta à obra de ampliação do lar, durante o ano de dois mil e vinte e dois não foi feito qualquer pagamento ao construtor, permanecendo assim pago somente 80 % do valor adjudicado.

Em maio de 2022 foi assinado o contrato do Programa Pares 3 com um valor de candidatura de 257.648 € com um financiamento global do estado de 175.697 €, ou seja, uma participação de aproximadamente 70 %."

De seguida procedeu-se à análise económico-financeira sectorial. Assim na Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI) "...verificou-se um aumento do custo médio mensal de utente, sem amortizações, de 1345,50 € em 2021 para 1509,32 € em 2022 (12,2%).

Este aumento deve-se fundamentalmente ao aumento dos custos com pessoal que foi de 17,74%.

No capítulo das receitas, apesar do aumento das mensalidades em 3,65 %, só houve um aumento de 0,85 %, mas verificou-se um decréscimo dos subsídios em 3,77 % .

O resultado líquido em 2022 continuou a ser negativo, tendo-se verificado um aumento do prejuízo em 80680,44 € relativamente a 2021.

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) tem capacidade para 60 utentes e mantém 42 Acordos de Cooperação com o ISS, I.P. – Centro Distrital de Leiria, integrando em 2022 uma média de 36 utentes, enquanto em 2021 este número foi de 34, verificando-se assim um aumento no número de utentes.

Nesta valência verificou-se uma melhoria do resultado líquido em 39252,59 € de 2021 para 2022, o qual se deve ao aumento dos subsídios recebidos que foi de 50605,85 €."

Já o Centro de Dia (CD) "Com a pandemia de COVID 19, só voltou a abrir em julho de 2021, mas o estado manteve os subsídios durante o período de encerramento. Como resultado dessa política governativa, em 2022 os subsídios foram inferiores aos de 2021 em 2888,19 €.

O resultado líquido também piorou em 1638,10 €.

A Misericórdia de Alfeizerão dispõe de um Acordo de Cooperação com o ISS, IP – Centro Distrital de Leiria para 14 utentes, mas tem capacidade para 30 utentes.

Em 2022 o número médio de utentes foi de 14, enquanto que em 2021 foi de 8.

Em 2022 o Centro de Dia apresentou um resultado mais negativo do que no ano anterior, apesar do aumento do número médio de utentes."

Relativamente ao " Centro de Acolhimento e Emergência Social (CAES) funciona em instalações alugadas na Rua de Angola em Alfeizerão (antigas instalações da Misericórdia), tendo iniciado o seu funcionamento em dezembro de 2014.

A  
J.H.  
[Assinatura]

## ATAS

Folha 47 

Este equipamento social dispõe de 20 camas, sendo a sua ocupação gerida pelo Instituto da Segurança Social (ISS) e tendo no ano de 2022 uma ocupação média de 14 camas. Em 2021 foi revista a matriz de imputação de custos que foi utilizada em 2020, tendo-se chegado a um resultado negativo de 22 926,13 €, quando em 2020 o resultado tinha sido positivo de 25.024,45€, mas com um flagrante erro no custo das mercadorias consumidas.

Para além da correção referida anteriormente, verificou-se um substancial aumento no custo dos serviços fornecidos e nos custos com pessoal.

Para fazer face ao aumento de custos, foi solicitado ao ISS um aumento da comparticipação financeira para o ano de 2022, mas até ao momento não recebemos qualquer resposta.”

Existem ainda outras valências, a saber:

- Ambulâncias – Existem “2 ambulâncias e 3 motoristas, sendo 1 a tempo parcial. Por outro lado, sempre que os doentes necessitam de acompanhante, são deslocados para esta valência funcionários da ERPI.

Enquanto que em 2021 o resultado operacional deste serviço foi de 5.528,08 €, em 2022 o serviço apresentou um resultado operacional positivo de 16.140,26 €, apesar do substancial aumento dos custos com pessoal e fornecimento de serviços externos (manutenção e combustíveis).”

- Banco Alimentar Contra a Fome - “Através da parceria existente com o Banco Alimentar Contra a Fome das Caldas da Rainha, durante o ano de 2022 foram apoiados cerca de 22 agregados familiares num total de 70 pessoas, sendo que 20 destas pessoas são crianças. Este serviço consiste numa avaliação da situação socioeconómica do agregado familiar e posterior atribuição de um cabaz de alimentos mensal às famílias com um rendimento per capita inferior a 200 € mensais.”

- Fundo Europeu de Apoio a Carenciados - Este fundo é gerido pelo ISS a nível nacional, tendo substituído a antiga valência das cantinas sociais.

A Misericórdia de Alfeizerão, conjuntamente com a Confraria da Nossa Senhora da Nazaré e outras IPSS da região, tem um protocolo com o ISS para a distribuição de alimentos do referido fundo.

A sinalização das pessoas carenciadas é feita inicialmente pelo ISS, que posteriormente as encaminha para a Misericórdia.

Ao longo da apresentação foram, os presentes, partilhando propostas de atuação no sentido de otimizar futuras decisões a tomar no sentido de melhorar a situação económica da instituição. É exemplo desta partilha a utilização de trabalho voluntário.

Finalmente o Relatório de Atividades e Contas, referente ao Ano Económico e Social de dois mil e vinte e dois, proposto pelo Senhor Provedor à Mesa Administrativa, foi aprovado por unanimidade.

Este Relatório, depois de aprovado na Assembleia Geral da Irmandade, terá de ser lançado na Plataforma da Segurança Social até à data limite de trinta de junho de dois mil e vinte e três.

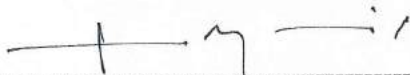
Será elaborado um Dossier em suporte de papel com todos os elementos documentais referentes ao Relatório de Atividades e Contas relativos ao exercício de dois mil e vinte e dois, que poderá ser consultado na Sede Social da Instituição e todos os irmãos que indicaram o e-mail irão receber por e-mail.

Nada mais havendo a tratar, pelas dezassete horas e trinta minutos, o Sr. Provedor deu por terminada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada por mim, Alexandra Nicolau, que a secretariei, pelo Senhor Provedor e pelos Mesários presentes, na próxima reunião presencial.

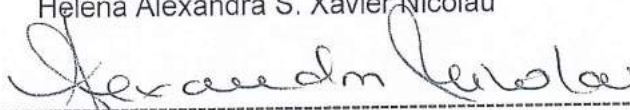
Provedor Fernando Mota Segismundo



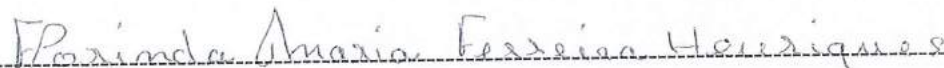
Tesoureiro Joaquim Ramos Marto



1ª Secretária Helena Alexandra S. Xavier Nicolau



1ª Vogal Florinda Maria Ferreira Henriques



1º Suplente Maria da Conceição Marques Costa

-----

## ATAS

### ATA Nº 526

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, sob a presidência do Senhor Provedor Fernando Mota Segismundo, reuniu presencialmente, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão (SCMA), na presença dos mesários: Joaquim Marto, Alexandra Nicolau, Florinda Henriques e Maria Costa com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Informações;

Ponto dois – Ponto da situação do Centro de Alojamento de Emergência Social (CAES);

Ponto três – Aprovação dos Memorandos para aquisição de Diverso Material e Atoalhados por Ajuste Direto Simplificado;

Ponto quatro – Outros assuntos.

Ponto um – Após a reunião tida na Misericórdia com o Presidente da Caixa de Crédito Agrícola (CA) e um analista de risco ficou acordado que a SCMA enviaria o fluxo de caixa corrigido em termos de gastos de investimentos em 2022. O Senhor Provedor informou que iremos fazer esse envio à CA.

Ponto dois – Apesar da proposta da Segurança Social à SCMA de passar a gestão do CAES para o Centro Cénico da Cela, com a transferência do respetivo protocolo - edifício e funcionários - até ao dia de hoje não houve evolução.

Ponto três – Foram apresentados, aos mesários presentes, os Memorandos Internos elaborados pela Diretora Técnica Cátia Camacho, pela Técnica Superior Administrativa Lúcia Rodrigues e pela Encarregada dos Serviços Gerais Sónia Ramalho, para aquisição de Diverso Material para os quartos, DT 6/2023 de 06/03/2023, e Atoalhados, DT 7/2023 de 06/03/2023, por Ajuste Direto Simplificado. Estes Memorandos fazem parte integrante desta ata. Feita a análise dos mesmos estes foram aprovados por unanimidade.

Ponto quatro – Outros assuntos

Foram admitidos os seguintes novos irmãos:

Maria Manuela Inácio Cunha, número 1415.

Gertrudes Gonçalves Paulo, número 1416.

Luísa Coelho Lourenço, número 1417.

Maria da Conceição Bernardo, número 1418.

Foi readmitida a irmã Maria Figueiredo Romão Mateus, número 1292, que irá pagar todas as quotas que tinha em atraso.

Nada mais havendo a tratar, pelas dezanove o Sr. Provedor deu por terminada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada por mim, Alexandra Nicolau, que a secretariei, pelo Senhor Provedor e pelos Mesários presentes, na próxima reunião presencial.



Provedor Fernando Mota Segismundo



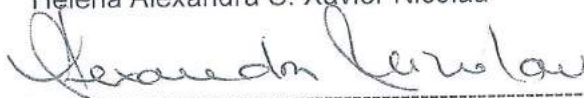
---

Tesoureiro Joaquim Ramos Marto



---

1ª Secretária Helena Alexandra S. Xavier Nicolau



---

1ª Vogal Florinda Maria Ferreira Henriques



---

1º Suplente Maria da Conceição Marques Costa

---



# Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

## Relatório de Atividades e Contas de 2022

### Índice

- 1 - Introdução
- 2 – Análise Económico-Financeira Global
- 3 – Análise Setorial da Instituição
- 4 – Proposta de Aplicação de Resultados
- 5 – Contas do Exercício
- 6 – Anexo às Demonstrações Financeiras

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



# Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

## 1 – Introdução

Para cumprimento do estabelecido no Compromisso, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão vem submeter à apreciação, discussão e votação da Assembleia Geral de Irmãos o Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2022, o qual, em conformidade com o referido Compromisso, incorpora o Parecer do Conselho Fiscal.

Com o fim de algumas restrições impostas pela Pandemia Covid 19, já foi possível cumprir praticamente todos os objetivos do Plano de Atividades e Orçamento, do qual demos devida nota no nosso Boletim nº 46.

Este relatório começa pela análise dos resultados globais da Instituição, bem como das respetivas receitas e gastos, ocorridos ao longo do ano, tendo como termo de comparação os resultados do ano anterior.

Será também analisado o impacto das diferentes respostas sociais nos resultados alcançados e as causas desses mesmos resultados.

Para cada uma das áreas tentaremos fazer um balanço da atividade desenvolvida através de alguns indicadores.

Por fim, apresentaremos as contas do exercício, constituídas pelo balanço, demonstração de resultados, demonstração de fluxos de caixa e respetivo anexo.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão, agradece a todos quantos colaboraram com a Instituição durante o ano de 2022, em especial aos nossos irmãos, órgãos sociais, entidades e organismos parceiros e colaboradores.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom and several smaller ones above it.]*



# Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## 2 – Análise Económico – Financeira Global

O resultado líquido apresenta um valor negativo de **99.471,41 €** o que, comparativamente com o ano anterior, significa uma perda de **6.294,67 €**.

Salienta-se que este resultado incorpora os gastos com os utentes que entregaram bens à Misericórdia em contrapartida de serviços a prestar no futuro no valor de **8 171,96 €** e o saldo do fundo solidário no valor de **27.019,45 €**

Conta	Descrição	Real 2021 (€)	Real 2022 (€)	Var (€)	Var (%)	Orç. 2022 (€)	Desvio Orç. (€)	Desvio
		(B)	(A)	(A-B)		(C)	(A-C)	Orç. (%)
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	137 720,93	138 571,49	850,56	0,62	167 632,19	- 29 060,70	- 20,97
62	Fornecimentos e serviços externos	210 106,90	212 219,84	2 112,94	1,01	203 807,08	8 412,76	3,96
63	Gastos com o Pessoal	763 070,78	888 321,03	125 250,25	16,41	851 856,56	36 464,47	4,10
64	Gastos de depreciação e de amortização	141 227,33	130 452,71	- 10 774,62	- 7,63	137 809,40	- 7 356,69	- 5,64
69	Juros	34 141,05	35 684,40	1 543,35	4,52	35 544,87	139,53	0,39
68	Outros gastos	31 578,14	17 132,89	- 14 445,25	- 45,74	600,00	16 532,89	96,50
65	Imparidades de dívida	5 808,27	1 751,00	- 4 057,27	- 69,85		1 751,00	100,00
	Provisões							
	<b>Total de despesas</b>	<b>1 323 653,40</b>	<b>1 424 133,36</b>	<b>100 479,96</b>	<b>7,59</b>	<b>1 397 250,10</b>	<b>26 883,26</b>	<b>1,89</b>
72	Prestações de serviços	690 997,45	737 488,28	46 490,83	6,73	918 191,76	- 180 703,48	- 24,50
75	Subsídios, doações e legados à exploração	455 953,77	484 873,59	28 919,82	6,34	436 257,48	48 616,11	10,03
78	Outros rendimentos e ganhos	82 099,25	102 299,90	20 200,65	24,61	57 788,89	44 511,01	43,51
79	Juros	2,19	0,18	- 2,01	- 91,78		0,18	100,00
76	Reversões	1 424,00	-	- 1 424,00	-100,00		-	
	<b>Total de receitas</b>	<b>1 230 476,66</b>	<b>1 324 661,95</b>	<b>94 185,29</b>	<b>7,65</b>	<b>1 412 238,13</b>	<b>- 87 576,18</b>	<b>- 6,61</b>
	Resultado Líquido	- 93 176,74	- 99 471,41	- 6 294,67	6,76	14 988,02	- 114 459,43	115,07
	EBITDA	82 191,64	66 665,70	- 15 525,94	- 18,89	188 342,29	- 121 676,59	-182,52
	EBIT	- 59 035,69	- 63 787,01	- 4 751,32	8,05	50 532,89	- 114 319,90	179,22
	Cash flow	48 050,59	30 981,30	- 17 069,29	- 35,52	152 797,42	- 121 816,12	-393,19

Os acertos de exercícios anteriores encontram-se contabilizados em resultados transitados, apresentando esta rúbrica o valor de -356.128,25 €, os quais resultam de:

Resultados transitados do ano anterior	-262 951,51 €
Resultado líquido do ano anterior	-93.176,74 €
Resultados transitados para 2023	-356.128,25 €

### 2.1 – Receitas

As receitas em 2022 tiveram um aumento de 7,65 %, tendo a prestação de serviços contribuído com um aumento de 6,73 % e os subsídios com 6,34 %.

### 2.2 – Despesas

No que respeita aos gastos, verifica-se um aumento global de **7,59%**, sendo que se verificou um aumento em quase todas as rúbricas, sendo a mais expressiva as despesas com pessoal,



## Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

que teve um acréscimo de 16,41 %. Este aumento deve-se não só ao aumento de salários como também ao aumento do número médio de funcionários em 3,1 %.

Neste capítulo foi considerada uma provisão de 1.751,00 € para dívidas de quotas dos irmãos até 2020.

Nos “fornecimentos e serviços externos”, apesar do aumento do custo dos combustíveis e da energia, foi possível conter o aumento em 1,01 %, graças aos contratos existentes com a EDP, Cepsa e Repsol.

Os gastos de depreciação e amortização sofreram uma redução de 7,63%, pois os investimentos realizados com a ampliação do lar só começarão a ser amortizados em 2023.

Quanto aos juros pagos, verifica-se um aumento de 4,52 %, como resultado do aumento das taxas de juro do nosso empréstimo no Montepio.

A taxa de juro do empréstimo na CA não sofreu alteração em 2022, na medida em que o indexante é atualizado anualmente a 19 de janeiro.

Os gastos com pessoal aumentaram 16,41% e o seu peso relativo na estrutura de custos aumentou de 57,7% para 62,38%. Este aumento de custos com pessoal deve-se aos aumentos salariais decorrentes do aumento do salário mínimo e ao aumento do número médio de trabalhadores.

A estrutura de custos da Instituição em 2021 e 2022 foi a seguinte:

	2021	2022
Gastos com o Pessoal	57,65%	62,38%
Fornecimentos e serviços externos	15,87%	14,90%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10,67%	9,73%
Gastos de depreciação e de amortização	10,40%	9,16%
Juros	2,58%	2,51%
Outros gastos	2,39%	1,20%
Imparidades de dívida	0,44%	0,12%

### 2.3 – Despesas de investimento

No que se reporta à obra de ampliação do lar, durante o ano de 2022 não foi feito qualquer pagamento ao construtor, permanecendo assim pago somente 80 % do valor adjudicado.

As despesas de investimento pagas em 2022 estiveram relacionadas com as correções necessárias ao licenciamento e à substituição do ar condicionado do edifício antigo, num total de 123.441,39 €, sendo esta despesa elegível para o programa Pares 3. Para o financiamento



## Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

desta despesa foi feito um levantamento de 120 000 € através do contrato existente com a Caixa de Crédito Agrícola.

O contrato do Programa Pares 3 foi assinado em maio de 2022 com um valor de candidatura de **257.648 €** e com um financiamento global do estado de **175.697 €**, ou seja, uma comparticipação de aproximadamente 70 %, como se pode ver na tabela que se segue:

		Infraestruturas	Bens móveis
Valor da candidatura (€)	257.648,00	141.666,00	115.982,00
Valor do financiamento (€)	175.697,00	94.799,00	80.898,00
Percentagem de financiamento	68,19%	66,92%	69,75%

*[Handwritten signature and initials in blue ink]*



## Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

### 3 – Análise setorial da Instituição

Neste capítulo iremos analisar a atividade desenvolvida nas diferentes áreas da Instituição.

#### 3.1 - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Receitas e despesas	Erpi 2022	Erpi 2021
<b>Despesas</b>		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	85 277,29	88 791,02
Fornecimentos e serviços externos	93 330,26	93 168,46
Gastos com o Pessoal	515 598,13	437 918,08
Gastos de depreciação e de amortização	91 262,41	83 905,73
Juros	26 348,64	24 040,15
Outros gastos	3 922,86	3 302,06
Imparidades de dívida	0,00	-1 400,00
Provisões	0,00	0,00
	<b>815 739,59</b>	<b>729 725,50</b>
<b>Receitas</b>		
Prestações de serviços	502 851,86	489 080,28
Subsídios, doações e legados à exploração	124 481,87	129 170,48
Outros rendimentos e ganhos	6 506,47	10 255,79
Juros		
Reversões		
	<b>633 840,20</b>	<b>628 506,55</b>
Resultado Líquido	- 181 899,39	- 101 218,95
EBITDA	- 64 288,34	6 726,93
EBIT	- 155 550,75	- 77 178,80
Cash flow	- 90 636,98	- 17 313,22

Na ERPI, verificou-se um aumento do custo médio mensal de utente, sem amortizações, de 1345,50 € em 2021 para 1509,32 € em 2022 (12,2%).

Este aumento deve-se fundamentalmente ao aumento dos custos com pessoal que foi de 17,74% nesta valência.

No capítulo das receitas, houve um aumento de somente 0,85 %, apesar do aumento das mensalidades em 3,65 %, mas verificou-se um decréscimo dos subsídios em 3,77 % .



## Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

O resultado líquido em 2022 continuou a ser negativo, tendo-se verificado um aumento do prejuízo em **80 680,44 €** relativamente a 2021.

Durante o ano foi desenvolvido um Plano de Atividades Socioculturais (PAS), o qual teve como objetivo central a valorização de um envelhecimento cada vez mais ativo, mais dinâmico e mais colaborativo.

O PAS da área sénior reflete a importância de celebrar os vários aspetos da vida. Celebrar o prazer de viver, celebrar os amigos, os afetos, a natureza, as tradições. Um dos principais obstáculos à felicidade dos nossos utentes prende-se, na sua maioria com a falta de um projeto de vida. Um projeto de vida com objetivos e sonhos que motive cada utente a valorizar não só o que conquistou na vida, mas também tudo o que ainda pode alcançar. Desta forma, foram desenvolvidas atividades socioculturais e lúdico-pedagógicas que permitiram fomentar a socialização, promover atividades intergeracionais, assim como atividades que envolvam a família.

Com o levantamento das restrições impostas pela Pandemia Covid 19, no ano de 2022 já foi possível realizar praticamente todas as atividades programadas (passeios, churrascos, etc.),



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*





## Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

### 3.2 – Serviço de Apoio Domiciliário

Receitas e despesas	Sad 2022	Sad 2021
<b>Despesas</b>		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25 947,31	17 661,33
Fornecimentos e serviços externos	26 228,35	30 256,69
Gastos com o Pessoal	150 873,09	136 835,36
Gastos de depreciação e de amortização	24 662,92	27 239,32
Juros	1 646,78	1 502,51
Outros gastos	1 587,86	1 124,37
Imparidades de dívida	0,00	642,27
Provisões	0,00	0,00
	<b>230 946,31</b>	<b>215 261,85</b>
<b>Receitas</b>		
Prestações de serviços	109 541,38	103 275,64
Subsídios, doações e legados à exploração	177 107,56	126 501,71
Outros rendimentos e ganhos	496,05	2 430,59
Juros		
Reversões		
	<b>287 144,99</b>	<b>232 207,94</b>
Resultado Líquido	56 198,68	16 946,09
EBITDA	82 508,38	45 687,92
EBIT	57 845,46	18 448,60
Cash flow	80 861,60	44 185,41

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) tem capacidade para 60 utentes e mantém 42 Acordos de Cooperação com o ISS, I.P. – Centro Distrital de Leiria, integrando em 2022 uma média de 36 utentes, enquanto em 2021 este número foi de 34, verificando-se assim um aumento no número de utentes.

Nesta valência verificou-se uma melhoria do resultado líquido em **39 252,59 €** de 2021 para 2022, o qual se deve ao aumento dos subsídios recebidos que foi de **50 605,85 €**.



## Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'RPH' and 'J.H.'*

### 3.3 – Centro de Dia

Receitas e despesas	CD	CD
Despesas	2022	2021
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 667,29	6 567,58
Fornecimentos e serviços externos	15 014,88	16 479,44
Gastos com o Pessoal	70 816,54	54 565,15
Gastos de depreciação e de amortização	12 488,28	12 278,62
Juros	1 646,71	1 502,48
Outros gastos	356,58	439,51
Imparidades de dívida	0,00	185,00
Provisões	0,00	0,00
	<b>102 990,28</b>	<b>92 017,78</b>
<b>Receitas</b>		
Prestações de serviços	33 609,79	20 751,77
Subsídios, doações e legados à exploração	19 677,22	22 565,41
Outros rendimentos e ganhos	117,16	752,59
Juros		
Reversões		
	<b>53 404,17</b>	<b>44 069,77</b>
Resultado Líquido	- 49 586,11	- 47 948,01
EBITDA	- 35 451,12	- 34 166,91
EBIT	- 47 939,40	- 46 445,53
Cash flow	- 37 097,83	- 35 669,39

Com a pandemia de COVID 19, o Centro de Dia só voltou a abrir em julho de 2021, mas o estado manteve os subsídios durante o período de encerramento. Como resultado dessa política governativa, em 2022 os subsídios foram inferiores aos de 2021 em **2 888,19 €**.

O resultado líquido também piorou em **1 638,10 €**.

A Misericórdia de Alfeizerão dispõe de um Acordo de Cooperação com o ISS, IP – Centro Distrital de Leiria para 14 utentes, mas tem capacidade para 30 utentes. A partir de julho de 2021 o número médio de utentes foi de 8.

Em 2022 o número médio de utentes foi de 10, enquanto que em 2021 foi de 8.

Apesar do aumento do número médio de utentes, em 2022 o Centro de Dia apresentou um resultado mais negativo do que no ano anterior.



## Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F.V.' and 'J.S.'.*

### 3.4 – Centro de Acolhimento e Emergência Temporária

Receitas e despesas	CAES 2022	CAES 2021
<b>Despesas</b>		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	24 743,99	24 361,70
Fornecimentos e serviços externos	32 293,09	27 063,62
Gastos com o Pessoal	106 612,88	93 638,00
Gastos de depreciação e de amortização	582,23	10 301,30
Juros	0,00	0,00
Outros gastos	2 149,97	610,14
Imparidades de dívida	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00
	<b>166 382,16</b>	<b>155 974,76</b>
<b>Receitas</b>		
Prestações de serviços	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	130 159,20	130 751,59
Outros rendimentos e ganhos	403,16	2 297,04
Juros		
Reversões		
	<b>130 562,36</b>	<b>133 048,63</b>
Resultado Líquido	- 35 819,80	- 22 926,13
EBITDA	- 35 237,57	- 12 624,83
EBIT	- 35 819,80	- 22 926,13
Cash flow	- 35 237,57	- 12 624,83

O Centro de Acolhimento e Emergência Social (CAES) funciona em instalações alugadas na Rua de Angola em Alfeizerão (antigas instalações da Misericórdia), tendo iniciado o seu funcionamento em dezembro de 2014.

Este equipamento social dispõe de 20 camas, sendo a sua ocupação gerida pela Segurança Social, tendo em 2022 uma ocupação média de 14 camas.

O número de funcionários afetos a esta valência é o seguinte:

3 ajudantes de lar e centro de dia

1 trabalhador dos serviços gerais

1 diretor técnico

1 psicólogo a 50%



## Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

A comparticipação da Segurança Social para esta valência é de 10 846,60 euros mensais, estando a decorrer um contrato que termina em dezembro de 2023 e que a Mesa Administrativa pretende denunciar logo que o ISS tenha uma solução alternativa. O custo real mensal em 2022 foi de 13 865,18 €, apresentando assim um prejuízo mensal de 3 018,58 €.

Para fazer face ao aumento de custos, foi solicitado ao ISS um aumento da comparticipação financeira, mas sem sucesso.

### 3.5 – Serviço de ambulâncias

Receitas e despesas	Ambulâncias 2022	Ambulâncias 2021
<b>Despesas</b>		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-28,80	367,03
Fornecimentos e serviços externos	27 599,45	25 158,72
Gastos com o Pessoal	36 294,96	35 882,51
Gastos de depreciação e de amortização	5,88	5 811,17
Juros	0,00	0,00
Outros gastos	0,00	0,00
Imparidades de dívida	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00
	<b>63 871,49</b>	<b>67 219,43</b>
<b>Receitas</b>		
Prestações de serviços	80 004,87	66 936,34
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	1,00	0,00
Juros		
Reversões		
	<b>80 005,87</b>	<b>66 936,34</b>
Resultado Líquido	16 134,38	- 283,09
EBITDA	16 140,26	5 528,08
EBIT	16 134,38	- 283,09
Cash flow	16 140,26	5 528,08

Este serviço dispõe de 2 ambulâncias e 3 motoristas, sendo 1 a tempo parcial. Por outro lado, sempre que os doentes necessitam de acompanhante, são deslocados para esta valência funcionários da ERPI.



## Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

Enquanto que em 2021 o resultado operacional deste serviço foi de 5 528,08€, em 2022 este serviço apresentou um resultado operacional de 16 140,26€, apesar do substancial aumento dos custos com pessoal e fornecimento de serviços externos (manutenção e combustíveis).

### 3.6 – Universidade Sénior de Alfeizerão

Com a Pandemia COVID 19, a Universidade suspendeu as suas atividades em Março de 2020 e não voltou a reabrir até à presente data (março de 2023).



### 3.7 - Banco Alimentar e FEAC – Fundo Europeu de Apoio a Carenciados

#### 3.7.1 - Banco Alimentar

Através da parceria existente com o Banco Alimentar Contra a Fome das Caldas da Rainha, durante o ano de 2022 foram apoiados cerca de 22 agregados familiares num total de 70 pessoas, sendo que 20 destas pessoas são crianças.

Este serviço consiste numa avaliação da situação socioeconómica do agregado familiar e posterior atribuição de um cabaz de alimentos mensal às famílias com um rendimento per capita inferior a 200 € mensais.

Nesta parceria com o Banco Alimentar, a Misericórdia para além de proceder à avaliação da situação socioeconómica do agregado familiar, assegura o transporte dos bens entre as instalações do Banco Alimentar nas Caldas da Rainha e a Misericórdia, procedendo posteriormente à distribuição, nas suas instalações, dos respetivos cabazes mensais.

#### 3.7.2 - FEAC – Fundo Europeu de Apoio a Carenciados

Este fundo é gerido pelo ISS a nível nacional, tendo substituído a antiga valência das cantinas sociais.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



# Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

A Misericórdia de Alfeizerão, conjuntamente com a Confraria da Nossa Senhora da Nazaré e outras IPSS da região, tem um protocolo com o ISS para a distribuição de alimentos do referido fundo, o qual foi objeto de adenda por mais um ano.

A sinalização das pessoas carenciadas é feita inicialmente pelo ISS, que posteriormente as encaminha para a Misericórdia.

O cabaz de alimentos fornecido às famílias abrangidas por este esquema é muito mais rico do que o do Banco Alimentar, já que o mesmo comporta alimentos frescos.

Estes alimentos são distribuídos mensalmente pela Misericórdia, nas suas instalações, após a sua entrega pela Confraria da Nazaré.

No final do ano de 2022, o fundo foi objeto de uma auditoria independente, não tendo existido qualquer não conformidade ou observação para a nossa Instituição.

## 3.8 – Atividade Social

No quadro que se segue apresentam-se os dados da atividade social da nossa Instituição.

Designação	Número de pessoas
Membros ativos da Irmandade	654
Voluntários	20
Colaboradores remunerados	60
Serviço de Apoio Domiciliário	36
Centro de Acolhimento e Emergência Social	20
Centro de Dia	10
ERPI	40
Distribuição de géneros	110

## 4 – Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que a Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão encerrou as suas contas de 2022, com um Resultado Líquido de - 99.471,41 € propõe-se que o referido Resultado seja integralmente transferido para a conta Resultados Transitados.

## 5 – Contas do Exercício

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F.H.' and other illegible marks.]*



# Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 503 848 794

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	3 492 945,63	3 527 315,42
Bens do património histórico e artístico e cultural	5	0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	13.1	13 178,03	11 940,91
Financiamentos concedidos - Fundador/doador		0,00	0,00
		<b>3 506 123,66</b>	<b>3 539 256,33</b>
Activo corrente			
Inventários	7	16 270,39	15 544,87
Créditos a receber	13.3	45 911,79	46 567,89
Estado e outros entes públicos	13.9	1 663,78	7 385,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.2	7 646,50	8 036,50
Gastos a reconhecer	13.5	10 817,91	14 718,89
Outros ativos correntes	13.4	199 561,20	22 627,48
Caixa e depósitos bancários	13.6	68 429,24	103 849,34
		<b>350 300,81</b>	<b>218 730,52</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3 856 424,47</b>	<b>3 757 986,85</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.7	36 382,31	36 382,31
Excedentes técnicos	13.7	0,00	0,00
Reservas	13.7	67 904,68	67 904,68
Resultados transitados	13.7	-356 128,25	-262 951,51
Excedentes de revalorização	13.7	490 402,52	490 402,52
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13.7	775 143,42	623 792,77
		<b>1 013 704,68</b>	<b>955 530,77</b>
Resultado líquido do período	12.6	-99 471,41	-93 176,74
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>914 233,27</b>	<b>862 354,03</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	2 519 948,82	2 430 000,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>2 519 948,82</b>	<b>2 430 000,00</b>
Passivo corrente			
Fornecedores	13.8	56 669,29	58 827,12
Estado e outros entes públicos	13.9	20 398,27	20 993,01
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	0,00	0,00
Rendimentos a reconhecer	13.11	67 603,35	60 042,40
Outros passivos correntes	13.10	277 571,47	325 770,29
		<b>422 242,38</b>	<b>465 632,82</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2 942 191,20</b>	<b>2 895 632,82</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>3 856 424,47</b>	<b>3 757 986,85</b>

A Direção

O responsável

*and esta a*

*Marina Maria Frazão Henriques*

*Henrique*

F3M - Information Systems, SA  
Processado por Computador



# Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Contribuinte : 503 848 794

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

Moeda : EUROS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	737.488,28	690.997,45
Subsídios, doações e legados à exploração	10	484.873,59	455.953,77
ISS, IP - Centro Distrital	10	460.351,87	394.781,16
Outros Subsídios	10	24.521,72	61.172,61
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	138.571,49	137.720,93
Fornecimentos e serviços externos	13.12	212.219,84	215.303,63
Gastos com o pessoal	11	888.321,03	763.070,78
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	1.751,00	4.384,27
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13.14	102.299,90	82.099,25
Outros gastos	13.15	17.132,89	26.381,41
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>66.665,52</b>	<b>82.189,45</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	130.452,71	141.227,33
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-63.787,19</b>	<b>-59.037,88</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13.16	0,18	2,19
Juros e gastos similares suportados	13.16	35.684,40	34.141,05
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-99.471,41</b>	<b>-93.176,74</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-99.471,41</b>	<b>-93.176,74</b>

*Handwritten signature and date: 31/12/2022*

*Handwritten signatures: Pazinda Maria Figueira Henriques, Helena Gerolamo, and another signature.*





# Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERIÓDICA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2022**

Pág.: 1  
 Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		742 861,60	681 665,17
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		380 534,84	351 489,10
Pagamentos ao pessoal		543 788,64	494 759,81
Pagamentos ao Estado		253 624,53	230 437,22
	Caixa gerada pelas operações	-435 086,41	-395 020,96
		0,00	0,00
Recebimentos Fiel Depositário		18 345,44	22 720,30
Recebimentos donativos		5 241,83	3 858,42
Recebimentos CRSS Leiria		461 857,12	420 173,94
Reembolsos EDP		60,07	0,00
Recebimentos IEFP		20 712,83	61 081,81
Recebimentos IVA		16 503,76	46 069,09
Recebimentos Donativos CMA		0,00	6 944,21
Recebimentos Rappel Galp		0,00	0,00
Outros Recebimentos		12 002,81	26 758,92
Pagamento de rendas		0,00	0,00
Pagamento Fiel Depositário		0,00	0,00
Pagamentos diversos		-41 391,29	-12 151,10
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	58 246,16	180 434,63
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		123 441,39	329 940,54
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,18	1,87
Dividendos		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-123 441,21	-329 938,67
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		120 000,00	2 270 060,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		30 051,18	1 995 234,49
Juros e gastos similares		60 173,87	56 985,06
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	1 173,20
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	29 774,95	216 607,25
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		-35 420,10	67 103,21
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
		0,00	1,27
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
		103 849,34	36 746,13
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			
		68 429,24	103 849,34

FIM - Information Systems, SA

Processado por Computador

*Ata*  
 Alexandra Maria Ferreira Henriques  
 Maria Eugénia Torres Belo  
 Mestre Alexandre Henriques



# Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2022

Handwritten notes in blue ink, including a checkmark, a vertical line, and a signature.

6 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2022

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a checkmark, a vertical line, and several scribbles.

# Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Anexo

2022

## Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	12
5	Ativos Intangíveis .....	14
6	Custos de Empréstimos Obtidos .....	14
7	Inventários .....	15
8	Rédito .....	15
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	15
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	16
11	Benefícios de empregados.....	17
12	Divulgações exigidas por iutros diplomas legais.....	17
13	Outras Informações.....	17
13.1	Investimentos Financeiros .....	17
13.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	18
13.3	Clientes e Utentes .....	18
13.4	Outras contas a receber .....	19
13.5	Diferimentos .....	19
13.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	19
13.7	Fundos Patrimoniais.....	20
13.8	Fornecedores .....	20
13.9	Estado e Outros Entes Públicos .....	20
13.10	Outras Contas a Pagar.....	21
13.11	Rendimnetos a Reconhecer .....	21
13.12	Fornecimentos e serviços externos.....	22
13.13	Outros rendimentos.....	23
13.14	Outros gastos .....	23
13.15	Resultados Financeiros.....	23
13.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	24

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## **1 Identificação da Entidade**

A "Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS", com estatutos publicados no Diário da República n.º 3/99, Série III, com sede em Rua Manuel José Ramos Vizoso n.º 2, 2460-104 Alfeizerão

NIPC: 500 848 580;

NISS Nº 20004053651;

Endereço Eletrónico: geral@scmalfeizerao.pt

Página da Internet: <https://scmalfeizerao.pt/>

Natureza da Atividade: Atividades de Apoio Social Com e Sem Alojamento.

Nos termos do Compromisso homologado pela chancelaria do patriarcado de Lisboa, tem como fins praticar a Solidariedade Social, consubstanciada nas 14 Obras de Misericórdia, exercendo atividade predominante, nas valências de Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Acolhimento de Emergência Social.

Desenvolve ainda outras atividades humanitárias de apoio aos idosos, famílias carenciadas, aposentados e membros da Irmandade, designadamente; Serviço de Ambulâncias, Cuidados de Saúde, Fisioterapia, Reabilitação Física e Psicomotora, Terapias Ocupacionais, Banco Alimentar, Serviços Religiosos, Serviços Fúnebres, Cabeleireiro, Loja Social, Oficina Social, Escritório Social, Turismo Social e Universidade Sénior

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases Para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de março;
- Código das contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL - Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

### 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1 - Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento). As quantias de rendimentos atribuídas ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em "Devedores por acréscimo de rendimentos" e as quantias de gastos atribuídos ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidos em "Credores por acréscimo de Gastos".

##### 3.1.2 - Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.3 - Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito das demonstrações financeiras.

##### 3.1.4 - Compensação

Em circunstância alguma, os ativos e passivos e os rendimentos e gastos, foram compensados, tendo sido relatados separadamente nos respetivos itens do balanço e da demonstração de resultados.

### 3.1.5 - Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados no final de 2022 são comparáveis com os critérios utilizados nas demonstrações financeiras de 2021.

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### 3.1.6 - Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam nessa data são refletidas nas demonstrações financeiras. Caso existam situações materialmente relevantes após a data do balanço são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 - Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.2 - Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### 3.2.3 - Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.4 - Inventários

Os "Inventários" encontram-se valorizados ao custo médio.

### 3.2.5 - Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram

com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.6 - Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.7 - Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais eventos passados em situações de risco e que venham a gerar obrigações futuras. A mesa administrativa procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

### **3.2.8 - Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas.

### **3.2.9 - Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.



Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

#### **4 - Ativos Fixos Tangíveis**

##### Ativos fixos tangíveis

##### Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2021							
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Depreciações do exercício	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>							
Terrenos e recursos naturais	767.183,18	13.646,78					780.829,96
Edifícios e outras construções	2.508.213,43	47.021,14					2.555.234,57
Equipamento básico	233.439,18	3.661,74					237.100,92
Equipamento de transporte	229.579,95	0,00					229.579,95
Equipamento biológico	35.018,06	1.287,13					36.305,19
Equipamento administrativo	0,00	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00					0,00
AFT em Cuso	762.150,66	392.684,76					1.154.835,42
<b>Total</b>	<b>4.535.584,46</b>	<b>458.301,55</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.993.886,01</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Terrenos e recursos naturais	0,00						0,00
Edifícios e outras construções	855.277,27		121.271,21				976.548,48
Equipamento básico	216.901,50		10.896,29				227.797,79
Equipamento de transporte	220.847,19		6.359,45				227.206,64
Equipamento biológico	0,00		1.727,34				1.727,34
Equipamento administrativo	33.290,34						33.290,34
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00						0,00
<b>Total</b>	<b>1.326.316,30</b>	<b>0,00</b>	<b>140.254,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.466.570,59</b>
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>							<b>3.527.315,42</b>

2022							
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Depreciações do exercício	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>							
Terrenos e recursos naturais	780.829,96						780.829,96
Edifícios e outras construções	2.555.234,57	4.203,62					2.559.438,19
Equipamento básico	237.100,92	7.670,70					244.771,62
Equipamento de transporte	229.579,95						229.579,95
Equipamento biológico							0,00
Equipamento administrativo	36.305,19	969,95					37.275,14
Outros Ativos fixos tangíveis							0,00
AFT em Cuso	1.154.835,42	83.238,65					1.238.074,07
<b>Total</b>	<b>4.993.886,01</b>	<b>96.082,92</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.089.968,93</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Terrenos e recursos naturais	0,00						0,00
Edifícios e outras construções	976.548,48		121.538,01				1.098.086,49
Equipamento básico	227.797,79		7.436,53				235.234,32
Equipamento de transporte	227.206,64		1.186,66				228.393,30
Equipamento biológico							0,00
Equipamento administrativo	35.017,68		291,51				35.309,19
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00						0,00
<b>Total</b>	<b>1.466.570,59</b>	<b>0,00</b>	<b>130.452,71</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.597.023,30</b>
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>							<b>3.492.945,63</b>

## 5 - Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

2021/2022							
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Depreciações do exercício	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>							
Goodwill							0,00
Projetos de Desenvolvimento							0,00
Programas de Computador	13.787,51						13.787,51
Propriedade Industrial							0,00
Outros Ativos intangíveis							0,00
<b>Total</b>	<b>12.867,96</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.787,51</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Goodwill							0,00
Projetos de Desenvolvimento							0,00
Programas de Computador	13.787,51						13.787,51
Propriedade Industrial							0,00
Outros Ativos intangíveis							0,00
<b>Total</b>	<b>13.787,51</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.787,51</b>
<b>Ativos Fixos Intangíveis</b>							<b>0,00</b>

## 6 - Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, à exceção dos gastos financeiros com o empréstimo da 3ª ala, que até à conclusão da obra estão a ser capitalizados, ou seja, integrados no valor da obra.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários - Agrícola	0,00	2.269.948,82	<b>2.269.948,82</b>	0,00	2.180.000,00	<b>2.180.000,00</b>
Linha de Crédito Montepio - Covid19	0,00	250.000,00	<b>250.000,00</b>	0,00	250.000,00	<b>250.000,00</b>
Outros Empréstimos	0,00	0,00	<b>0,00</b>	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>2.519.948,82</b>	<b>2.519.948,82</b>	<b>0,00</b>	<b>2.430.000,00</b>	<b>2.430.000,00</b>



## 7 - Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2021			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Géneros Alimentares	4.598,37	131.267,27	-44.143,03	5.600,00	2.334,68	109.154,16	-38.501,02	4.598,37
Material Clínico	1.680,34	20.115,03		1.328,65	1.276,36	4.283,83	1.037,90	1.680,34
Produtos Higiene utentes	4.967,73	11.042,82	-25,16	0,00	5.833,61	30.524,87	-4.211,37	4.967,73
Material limpeza Geral	3.504,97	15.286,67	-1.337,17	2.919,50	3.552,33	28.402,03	-1.792,72	3.504,97
Material limpeza lavandaria	0,00	4.702,18	-95,03	3.768,08	0,00	6.319,49	-32,80	0,00
Eq. Proteção Individual	793,46	2.165,67	-279,00	2.379,00	0,00	3.169,32	1.915,13	793,46
Mat. Escritório	0,00	596,76		275,16				
<b>Total</b>	<b>15.544,87</b>	<b>185.176,40</b>	<b>-45.879,39</b>	<b>16.270,39</b>	<b>12.996,98</b>	<b>181.853,70</b>	<b>-41.584,88</b>	<b>15.544,87</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>				<b>138.571,49</b>				<b>137.720,93</b>

## 8 - Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RÉDITOS		
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2022	2021
ERPI	486.934,27	470.165,32
Centro de dia	31.576,94	20.078,45
Apoio Domiciliário	108.051,58	101.700,59
Universidade Sénior	10,00	0,00
Quotizações e Joias	8.799,60	9.896,60
Serviços Secundários	102.552,63	89.699,94
Descontos e abatimentos	-436,74	-543,45
<b>TOTAL</b>	<b>737.488,28</b>	<b>690.997,46</b>

## 9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A semelhança do ano de 2021, foram constituídas provisões de cobrança duvidosa para irmãos sócios com dívidas à Instituição para além dos limites legais, há mais de 2 anos no valor

de 1.751,00€.

Nos períodos de 2021 e 2022, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

CLIENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA				
Períodos	ANO 2022	ANO 2021	AUMENTOS	REVERSÕES
Mais de 6 até 12 meses	0,00	0,00		
Mais de 12 meses até 18 meses	0,00	0,00		
Mais de 18 até 24 meses	0,00	1 425,02		
Mais de 24 meses	15 730,75	14 305,73		0,00
Processo Judicial	0,00	0,00		
Total	15 730,75	15 730,75		0,00
QUOTAS DE IRMÃOS				
Quotas Irmãos - saldo 269	6 152,00	4 401,00	1 751,00	0,00
<b>Imparidades de dívidas a receber (perdas e reversões)</b>				<b>1 751,00</b>

## 10 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

SUBSÍDIOS E APOIOS		
	2022	2021
Cantinas Sociais	0,00	0,00
Protocolo de Alojamento de Emergência - CAES	130.159,20	130.159,20
Protocolo de Fornecimento de Refeições a Timorenses	8.390,00	0,00
Centro de dia	19.677,22	18.458,79
Apoio Domiciliário	174.391,63	123.347,43
ERPI	122.382,66	114.709,12
Comparticipação Adicional Lares de Idosos	243,04	0,00
Comparticipação despesas funeral	1.215,00	0,00
Domiciliação Serviço Centro Dia - Covid 19	0,00	4.106,62
Programa Adaptar Social - Covid 19	3.893,12	4.000,00
IEFP	22.257,90	56.584,59
Subsídios de Outras Entidades	2.263,82	4.588,02
<b>TOTAL</b>	<b>484.873,59</b>	<b>455.953,77</b>

## 11 - Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de "61" funcionários e em 31/12/2021 o número médio é de "59" funcionários incluindo 5 bolsas de estágio, participadas pelo IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS		
GASTOS COM PESSOAL	2022	2021
Remunerações	681 154,84	579 094,55
Indemnizações	282,00	1 265,54
<b>ENCARGOS S/ REMUNERAÇÕES</b>		
Segurança social	146 614,08	121 234,19
Fundo de Garantia Comp Trabalho	1 594,77	1 315,16
Subsídios Alimentação Generos	47 762,01	49 989,60
Seguros acidentes de trabalho	5 805,79	6 610,02
Gastos de acção social	789,98	0,00
Formação profissional	2 015,20	1 052,00
Fiscalização doença	0,00	0,00
Fardamento	209,10	724,47
Medicina no trabalho	2 093,26	1 785,25
<b>TOTAL</b>	<b>888 321,03</b>	<b>763 070,78</b>


## 12 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 13 - Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>13.178,03</b>	<b>11.940,91</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>13.178,03</b>	<b>11.940,91</b>

O valor apresentado na rubrica "Outros Investimentos Financeiros", referem-se aos Fundos de Compensação do trabalho.

### 13.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	13.798,50	12.437,50
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-6.152,00	-4.401,00
<b>Total</b>	<b>7.646,50</b>	<b>8.036,50</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 13.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

CLIENTES / UTENTES	2022	2021
Clientes	35.496,22	28.358,61
Centro de dia	825,17	4.001,76
Apoio Domiciliário	6.137,47	6.890,04
ERPI	1.818,48	5.884,16
Serviço de enfermagem e fisioterapia	0,00	0,00
Utente serviço ambulância	298,32	226,32
Outros utentes	447,50	335,00
Outros utentes serviços extra	888,63	872,00
Utente cobrança duvidosa	15.730,75	15.730,75
<b>TOTAL</b>	<b>61.642,54</b>	<b>62.298,64</b>
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00
<b>Perdas por Imparidade</b>	<b>15.730,75</b>	<b>15.730,75</b>
Utentes considerados incobráveis	0,00	0,00
<b>Totais perdas imparidade</b>	<b>15.730,75</b>	<b>15.730,75</b>
<b>SALDO CONTA 21</b>	<b>45.911,79</b>	<b>46.567,89</b>

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2022	2021
Cientes		
Utentes	-15.730,75	-15.730,75
<b>Total</b>	<b>-15.730,75</b>	<b>-15.730,75</b>

#### 13.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras Ativos Correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

OUTROS ATIVOS CORRENTES				
	2022		2021	
Adiantamento Fornecedores		4.684,43 €		4.684,43 €
Adiantamento ao pessoal		4.696,13 €		4.676,80 €
Despesas com utentes CAES		0,00 €		0,00 €
Diversos Devedores		190.180,64 €		13.266,25 €
Subsídio Pares 3,0	175.697,00 €			
Subsídio Mobilidade Verde	7.500,00 €			
Despesas com utentes CAES	112,77 €		20,99 €	
Beatriz Godinho Análises Clínicas	37,28 €			
lefp	6.833,59 €		13.245,26 €	
<b>TOTAL</b>		<b>199.561,20 €</b>		<b>22.627,48 €</b>

#### 13.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

DIFERIMENTOS	2021	2021
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	8.468,61	10.591,01
Contrato Micro-directo	2.349,30	4.127,88
n/c Cepsa	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.817,91</b>	<b>14.718,89</b>

#### 13.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com o seguinte saldo:

Caixa e Depósitos Bancários	2022	2021
Caixa	981,74	1 470,16
Depósitos à ordem	24 447,50	63 379,18
Depósito a prazo	43 000,00	39 000,00
<b>TOTAL</b>	<b>68 429,24</b>	<b>103 849,34</b>

### 13.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	36.382,31			36.382,31
Excedentes técnicos				0,00
Reservas	67.904,68			67.904,68
Resultados transitados	-262.951,51		-93.176,74	-356.128,25
Excedentes de revalorização	490.402,52			490.402,52
Outras variações nos fundos patrimoniais	623.792,77	151.350,65		775.143,42
<b>Total</b>	<b>955.530,77</b>	<b>151.350,65</b>	<b>-93.176,74</b>	<b>1.013.704,68</b>

### 13.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	56.669,29	58.827,12
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedoras faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>56.669,29</b>	<b>58.827,12</b>

### 13.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.663,78	7.385,55
Outros Impostos e Taxas		
<b>Total</b>	<b>1.663,78</b>	<b>7.385,55</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.364,69	3.669,90
Segurança Social	16.671,24	16.966,42
Outros Impostos e Taxas	362,34	356,69
<b>Total</b>	<b>20.398,27</b>	<b>20.993,01</b>

**13.10 Outras Contas a Pagar**

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

OUTROS PASSIVOS CORRENTES				
	2022		2021	
Fornecedores de Investimento		32.194,29		78.553,84
Adiantamento de clientes e utentes		0,00		640,62
Renumerações a pagar		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos:		130.879,92		90.203,37
Férias e Sub. Férias a Liq. 2023	126.847,61		85.905,25	
Comissão de Garantia Linha Apoio Sector Social	1.750,00		0,00	
Outras despesas diferidas	2.282,31		4.298,12	
Outros credores		114.497,26		156.372,46
ABVSMP	156,00		117,00	
Farmácia de Alfeizerão	0,00		0,00	
Farmácia de Coz	1.758,71		1.806,62	
José Maria Rodrigues Simão	276,16		0,00	
Maria Marques Saramago Correia	1.377,29		2.945,09	
António Pedras - Fiel Depositário	2.527,24		1.519,30	
Maria Delmira Pinto S. Gomes	0,00		662,59	
Joaquim T. Leal e M <sup>a</sup> Noémia S.M. Leal	34.121,86		34.121,86	
Alice Agostinho - Despesas de Funeral	2.280,00		0,00	
Susp de A. de Cooperação Insp 2013 a 2017	72.000,00		115.200,00	
<b>TOTAL</b>		<b>277.571,47</b>		<b>325.770,29</b>

**13.11 Rendimentos a Reconhecer**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes valores das entidades identificadas que serão reconhecidos como rendimentos nos períodos seguintes.:

Descrição	2022	2021
IEFP	9.902,82	17.742,48
CRSSL	27.205,25	0,00
CONTRATO CEPESA	30.495,28	42.299,92
<b>Total</b>	<b>67.603,35</b>	<b>60.042,40</b>

**13.12 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2022	2021
Trabalhos Especializados	19.994,70	11.730,95
Publicidade e propaganda	596,55	731,85
Vigilância e Segurança	76,63	0,00
Honorários	9.937,50	17.946,79
Comissões Galp	0,00	20,50
Conservação e reparação	16.297,37	16.420,64
Serviços bancários	2.327,26	6.006,23
Serviços de Ambulâncias	158,96	468,85
Jornais e revistas	1.212,20	940,00
Ferramentas e utensílios	6.814,10	9.668,15
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	3.616,67	2.984,67
Artigos para ofertas	576,96	508,92
Eletricidade	18.406,75	23.254,78
Combustíveis	28.061,41	20.167,53
Água	3.759,44	7.098,45
Outros fluídos	57.805,90	53.831,63
Deslocações e estadas	1.003,64	842,00
Transporte de mercadorias	548,74	0,00
Rendas e alugueres	20.364,86	21.653,09
Comunicação	5.333,17	6.628,41
Seguros	8.715,15	8.729,28
Despesas de representação	0,00	0,00
Contencioso e notariado	50,00	2.061,76
Limpeza, higiene e conforto	697,86	1.882,40
Rouparia	65,97	15,00
Outros serviços	3.211,05	0,00
Vestuário e Rouparia	773,00	712,50
Encargos de saúde c/ utentes	149,50	478,74
Convívio com idosos	0,00	0,00
Material didático	127,48	520,51
Passeios	0,00	0,00
Ajudas Técnicas	322,02	0,00
Despesas funerárias	1.215,00	0,00
Acolhimento a Refugiados	0,00	0,00
Fundo de reestruturação do sector solidário	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>212.219,84</b>	<b>215.303,63</b>



### 13.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	2.200,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	4.491,05	1.015,47
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	696,93	427,05
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	19.155,22
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	1,27
Rendimentos em investimentos não financeiros	495,51	395,68
Outros rendimentos	94.416,41	61.095,60
<b>Total</b>	<b>102.299,90</b>	<b>82.090,29</b>

### 13.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	47,02	29,68
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	7.129,66	2.937,42
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Fundo Solidário	0,00	6.750,92
Prestações a associados das mutualidades	8.171,96	12.573,47
Outros Gastos	1.784,25	4.089,92
<b>Total</b>	<b>17.132,89</b>	<b>26.381,41</b>

### 13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	35.684,40	34.141,05
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>35.684,40</b>	<b>34.141,05</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,18	2,19
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,18</b>	<b>2,19</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-35.684,22</b>	<b>-34.138,86</b>

### 13.16 Acontecimentos após data de Balanço

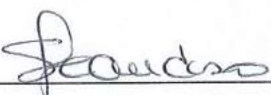
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Mesa Administrativa, Concelho Consultivo e Assembleia Geral no dia 25/03/2023.

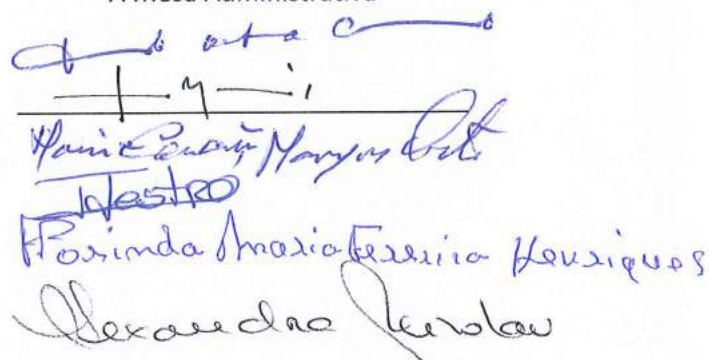
Alfeizerão, 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado



---

A Mesa Administrativa



---

Francisco António Marques  
Presidente  
Rosinda Maria Ferreira Henriques  
Alexandra Perobau



# Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Registo no livro Atas do Conselho Fiscal – N.º 89

## RELATÓRIO E CONTAS EXERCÍCIO ECONÓMICO 2022

No âmbito das suas competências definidas na alínea a) do Art.º 31 do compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão, vem o Conselho Fiscal dar parecer sobre as contas do exercício económico do ano 2022.

O Conselho Fiscal faz o acompanhamento regular questionando e examinando os elementos económico financeiros. Ao longo do exercício foram efetuadas sugestões ao nível do processo contabilístico, as quais constam das respetivas atas, foram examinados os documentos finais que constam do Relatório de atividades e contas: Balanço, Demonstração Resultados e anexo às demonstrações financeiras, destacamos:

ATIVO LIQUIDO	3.856.424,47€ (Vs: 2021 = 3.757.986,85€)
Maior Rubrica – AFT	3.492.945,63€
Investimento no 3º Bloco da ERPI	1.238.074,07€
FUNDOS PATRIMONIAS (CAPITAL)	914.233,27€ (Vs: 2021 = 862.354,03€)
PASSIVO	2.942.191,20€ (Vs: 2021 = 2.895.632,82€)
Financiamentos Bancários a 31.12.2022	2.519.948,82€

Aumento dos Fundos Patrimoniais assente na contabilização do apoio público PARES 3.0 pelo montante máximo de 175.697€ (Contrato assinado em 20-05-2022), investimentos em curso.

Incremento do Passivo em parte por via de utilização do empréstimo da CCAM pelo montante de 120.000€.

Na Demonstração Resultados, comparativamente ao ano anterior, a rubrica com maior impacto nos resultados foi a dos Gastos Com Pessoal que totalizou 888.321,03€ ( Vs : 2021\_ 763.070,78€)

EBITDA	66.665,70€ ( Vs: 2021 = 82.189,45€ )
RESULTADO LIQUIDO	-99.471,41€ ( Vs: 2021= - 93.176,74€)

Mais um ano em que os Resultados foram penalizados por ausência de Rendimentos resultantes do atraso na conclusão do 3º Bloco da ERPI. Tinha como data para conclusão Março de 2021 e ainda o acréscimo de custos com pessoal. Cumpre-nos reconhecer o esforço e empenho da Mesa Administrativa e de todos os colaboradores para a manutenção dos gastos associados a CMVMC e FSE, que no contexto atual de inflação que cada vez se torna mais difícil.

#### DESVIO ORÇAMENTAL

Orçamento previa a abertura da 3ª Ala da ERPI ainda em 2022, situação que não veio a concretiza-se pelo que os rendimentos previstos com Prestação de Serviços de 918.191,76€, foram na realidade de 737.488,48€, desvio negativo de 180.703,48€, com impacto no R.L, o qual se previa positivo em 14.988,02€ e aparece negativo em 99.471,41€.

Os resultados não refletem o esforço e empenho da Mesa Administrativa e colaboradores, perante as evidentes dificuldades que tiveram de enfrentar, em defesa da Instituição e no atraso da abertura da nova Ala da ERPI. Com a abertura da mesma em Fevereiro de 2023 estão criadas as condições necessárias para fazer o caminho para a sustentabilidade económico-financeira da nossa instituição. A inflação e o conseqüente aumento do custo de vida, a elevada dívida da SCMA , o aumento das taxas de Juro, a necessidade de utilização de mais 550.000€ do empréstimo para pagamento dívida e conclusão obra, comprometem a garantia da governação para sustentabilidade económico-financeira da nossa Organização.

Considerando que as demonstrações financeiras apresentadas pela Mesa Administrativa apresentam, de forma transparente e apropriada, todos os parâmetros materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão a 31 Dezembro 2022, o Conselho Fiscal emite parecer favorável e propõe a sua apreciação e votação na próxima Assembleia geral ordinária a realizar no próximo dia 25 de Março de 2023.

Por último, importa manifestar o nosso agradecimento pela colaboração prestada pelas funcionárias Lúcia Rodrigues e Joana Madeira, contabilista Certificada Dra. Susana Cardoso e Mesa Administrativa, quer na exibição dos documentos, na obtenção de esclarecimentos e na aceitação de sugestões.

Alfeizerão, 19 de Março de 2023

  
-----

Presidente - Alcina Maria Simões Almeida

  
-----

Vice Presidente - Pedro Miguel Abreu Marcos

  
-----

Vogal - Joaquim Rafael Matias